



Presidência da República
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

1ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2025
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
[Mandato 2025-2027]

Brasília - DF, 10 de setembro de 2025

I. Abertura e boas-vindas

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou a 1ª Reunião Plenária Extraordinária de 2025, na data de 10 de setembro de 2025, de 9h00 às 13h00, de forma remota.
2. Participaram da 1ª Reunião Plenária Extraordinária de 2025, conforme a lista de presença: 38 (trinta e oito) representantes de Organizações da Sociedade Civil componentes do Consea; 06 (seis) representantes de Ministérios componentes do Consea; 09 (nove) Presidentes de Conseas Estaduais; e 24 (vinte e quatro) participantes integrantes de instituições governamentais e da sociedade civil que têm relação com a agenda de segurança alimentar e nutricional, mas que não são conselheiros titulares ou suplentes – totalizando 77 participantes na referida reunião plenária. Registra-se que as listas de presença, por categoria, estão arquivadas na Secretaria-Executiva do Consea (SE-Consea).
3. Essa Ata contém os seguintes Anexos: A)Pauta aprovada para a 1ª Reunião Plenária Extraordinária de 2025.
4. A Secretaria-Executiva do Consea confirmou a existência de quórum na Plenária e a Presidenta do Consea abriu a reunião e apresentou a pauta sugerida para a Reunião.
5. O Plenário aprovou a pauta e deu continuidade à reunião.

Pauta

- i. Balanço do orçamento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Plansan (Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome – SECF / Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS);
- ii. Relatoria da última reunião de cada Comissão Permanente e da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE);
- iii. Informe sobre a votação da Lista de Observadores do Consea;
- iv. Deliberações e encaminhamentos da Plenária.

II. Balanço do orçamento do Plansan (SECF/MDS)

6. A Sra. Valéria Burity, Secretária-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), apresentou questões inerentes ao orçamento do Plansan. Comprometeu-se em enviar a lista das ações orçamentárias e comentou que na plenária de outubro será apresentado um balanço dessas ações. Informou que estão aguardando os planos orçamentários dos ministérios que integram o Plansan para trazer o balanço mais qualificado.
7. A Presidenta Elisabetta Recine pediu para serem pensadas estratégias mais proativas relativas ao orçamento, destacou que irá colocar essa questão na Mesa Diretiva e abriu a palavra ao plenário.
8. O representante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) destacou a importância dessa discussão na próxima plenária e apontou a necessidade do Consea saber onde pode atuar no que se refere ao orçamento. Ressaltou que diversos setores estão se apoiando em emendas parlamentares e isso precisa ser discutido.
9. A representante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) relatou sobre a dificuldade no entendimento da questão orçamentária e pediu um histórico recente de cortes e aumentos, bem como disse que sua CP tem dificuldades em entender onde fica o orçamento dentro dos ministérios.
10. A representante da Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC/ASA) apontou que é fundamental saber onde estão as políticas dentro da estrutura do governo e apontou a importância da discussão das emendas parlamentares.
11. O representante da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) destacou a importância do acompanhamento qualitativo do orçamento além do quantitativo e apontou a necessidade de também acompanhar o orçamento contrário à segurança alimentar e nutricional.
12. Em seguida, houve a manifestação de mais conselheiras e conselheiros do Consea. As falas abordaram a importância do Consea definir seu espaço de atuação referente ao orçamento público; a necessidade de esclarecimentos sobre a distribuição do orçamento aos Ministérios; a relevância de se discutir o papel das emendas parlamentares no orçamento público; a importância do acompanhamento qualitativo do uso dos recursos, bem como do orçamento disponível para ações contrárias à agenda de segurança alimentar e nutricional.
13. A Sra. Valéria Burity agradeceu os comentários e apontou a importância da discussão da reforma tributária no Consea, colocou que as emendas parlamentares serão discutidas na próxima plenária e apontou a possibilidade de fazer uma formação sobre orçamento público para o Consea.
14. Como encaminhamento, definiu-se que as CPs irão indicar políticas e programas que estão fora do Plansan, mas que interferem no DHAA e na SSAN.

III. Relatoria da última reunião de cada Comissão Permanente e da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE)

15. O Conselheiro Élido Bonomo (FBSSAN), Coordenador da CP1, fez o relato de sua CP apontando que foi escolhido o Anúncio 1 do Plansan e comentou sobre o andamento da reunião e como foram discutidos os tópicos, destacando que a coordenação e a vice-coordenação terão alternância ao longo do mandato. A coordenação da CP1 ficou com o Sr. Élido Bonomo (FBSSAN) e a vice-coordenação ficou com a Sra. Silvia Zimmermann (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN).
16. O Conselheiro Glenn Makuta, da Associação Slow Food do Brasil (ASFB), fez o relato da CP3 no lugar do Coordenador Anderson Amaro e da vice-coordenadora Fátima Aparecida Moura, por estarem em outras agendas, destacando que ainda não finalizaram o documento e que o nome passou a ser Soberania, Produção e Abastecimento Alimentar. Relatou que trabalharão sobre os Anúncios 3, 4 e 5, e listou os inúmeros temas, políticas, programa e planos a serem acompanhados: produção e abastecimento de alimentos, com foco em sistemas alimentares que sejam adequados, saudáveis, justos, sustentáveis e agroecológicos, promovendo a SAN; fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e urbana com fomento e crédito, ATER e acesso a mercados; direitos territoriais; acesso a recursos renováveis; crise climática; economia solidária e circular; articulação e discussão de políticas públicas. A representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) solicitou a inclusão da Economia Solidária nos temas da CP3. A coordenação da CP3 ficou com o Sr. Anderson Amaro Silva dos Santos (Movimento de Pequenos Agricultores – MPA) e a vice-coordenação com a Sra. Fátima Aparecida Garcia de Moura (Articulação Nacional de Agroecologia – ANA).
17. A Presidenta Elisabetta Recine solicitou que a CP3 analise o Projeto de Lei (PL) 2205/2022 que foi aprovado no Congresso, com vistas aos possíveis vetos do Presidente da República.
18. A Conselheira Kota Mulangi (Regina Nogueira), do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma), Coordenadora da CP7, iniciou o relato informando que a ementa da CP7 foi pouco alterada e destacou que o investimento em soberania e segurança alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) é lutar contra o racismo. Também destacou os temas fundiário, orçamento, vigilância sanitária e investimento como prioritários para a CP7. A coordenação da CP7 ficou com a Sra. Kota Mulangi (Fonsanpotma) e a vice-coordenação com a Sra. Maria Alaídes Alves de Souza (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB).
19. O representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) apontou o tema Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como importante para a CP7 nesse novo mandato. A representante do Instituto Socioambiental (ISA) disse que a CP7 começou a discutir o PSA e é preciso saber quem paga pelo serviço e como paga.
20. A Coordenadora Jonia Rodrigues, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), apresentou o relato da CP4, dizendo que atualizaram alguns termos da ementa e que pretendem priorizar programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Cozinhas Solidárias e o Restaurantes Populares para a próxima reunião. A representante da Associação Cidade para Todos

destacou a importância de discutir a COP30 e sobre cozinhas emergenciais. A representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) relatou que restaurantes populares são importantes para o Programa de Atendimento ao Trabalhador (PAT). A coordenação da CP4 ficou com a Sra. Jonia Rodrigues (MNDH) e a vice-coordenação ficou com a Sra. Juliana Favacho (Associação Cidade Para Todos).

21. A Coordenadora da CP5, Sra. Ieda Leal, do Movimento Negro Unificado (MNU), relatou que se sentiu contemplada pelos relatos das outras CPs e destacou a importância do ODS 18 e a garantia do DHAA à população negra, na busca por um Brasil antirracista. O representante da Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs) enfatizou a importância de tratar de forma transversal o combate ao racismo em todas as CPs. O Conselheiro do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) citou a ausência dos pescadores artesanais, que segundo ele são formados em sua maioria por negros. A coordenação da CP5 ficou com a Sra. Iêda Leal (MNU) e a vice-coordenação com a Sra. Luana Teles (Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – RedeSSAN).
22. O Coordenador temporário da CP6, Sr. Leosmar Terena, do Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade (Caianas), relatou sobre a importância do direito ao território para garantir o DHAA e de tratar sobre a insegurança hídrica e a questão dos agrotóxicos. Destacou que deve ser discutido sobre o acesso dos povos indígenas às políticas públicas já estabelecidas no âmbito da segurança alimentar e nutricional, pensando em como conseguir mais recortes de dados sobre indígenas junto ao IBGE. Apontou também sobre os temas a serem tratados na próxima reunião da CP6: PNAE, Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Bolsa Verde e que será feita a escolha da coordenação definitiva da CP. O representante da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FIAN Brasil) pediu para a SE-Consea verificar o retorno dos órgãos sobre a Nota Pública e Ofício a respeito da morte dos Xavante por desnutrição. A coordenação da CP6 ficou com o Sr. Leosmar Terena (CAIANAS) e a vice-coordenação com a Sra. Cris Pankararu (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – ANMIGA).
23. A Secretaria-Executiva do Consea relatou que verificaria o retorno dos órgãos sobre a Nota Pública e Ofício a respeito da morte dos Xavante por desnutrição.
24. A Sra. Renata Machado (Consea-RJ) relatou sobre o que foi discutido no âmbito da CPCE. Informou que discutiram com mais profundidade sobre a plataforma ADESAN, Programa Cozinhas Solidárias, Resolução FNDE nº 3/2025, CPCE e COP30, caso do Acre sobre a composição do Consea estadual e Diálogos Interconseas. O Presidente do Consea-RR relatou sobre o Encontro Regional do Sisan Norte ocorrido em Boa Vista. A coordenação da CPCE ficou com a Sra. Renata Santos Pereira Machado (Consea Rio de Janeiro) e a vice-coordenação com a Sra. Roseli Pittner (Consea Paraná) e com a Sra. Dinair Pereira Duarte Furtado (Consea Goiás).
25. A Presidenta Elisabetta Recine comentou sobre os Encontros Regionais do Sisan que estão sendo realizados em parceria com a Caisan. Também deve ocorrer o Encontro +2 de monitoramento da Conferência da SAN, em 2026. Discorreu também sobre a carta da Mesa

Diretiva direcionada à CPCE e agradeceu pela adequação da composição da coordenação da CPCE ao Regimento Interno do Consea.

26. A Conselheira Sonia Salviano (IBFAN Brasil) fez o relato da CP2. Disse que a agenda para a próxima reunião engloba marketing digital dos substitutos do leite materno, monitoramento e incidência para a cesta básica, andamento dos processos da RDC 24/2010, rotulagem frontal no Mercosul, inclusão produtiva e organização do processo de monitoramento da CP2. A Conselheira do ISA trouxe a questão da RDC 49/2013 e a necessidade de aproximação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao Consea, que tem novos diretores sensíveis ao tema de SAN. Comentou também sobre a necessidade de envio de ofício à Anvisa para tratar deste tema, que foi submetida e obteve concordância do plenário. O Sr. Kleber Santos, do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), observou que está aguardando o contato pela Conselheira Sonia Salviano para agendar uma reunião de discussão sobre a regulamentação de produtos lácteos. A coordenação da CP2 ficou com a Sra. Inês Rugani Ribeiro de Castro (Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO) e a vice-coordenação com a Sra. Laís Amaral (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC).
27. A Secretaria-Executiva do Consea ficou responsável por encaminhar Ofício com a finalidade de agendar uma reunião com a direção da Anvisa para discussão das RDCs 24/2010, RDC 49/2013 e outros assuntos afeitos ao DHAA e à SSAN.

IV. Informe sobre a votação da Lista de Observadores do Consea

28. A Sra. Elaine Pasquim, Coordenadora-Geral da Secretaria-Executiva do Consea, relatou sobre o andamento do Edital nº 02/2025, de seleção pública de observadores para o Consea. A Mesa Diretiva finalizou a homologação das organizações, e informou que, no momento, o processo estava na fase de votação das organizações, que iniciou em 08 de setembro e vai até 11 de setembro, convidando todas(os) conselheiras(os) a votarem.

V. Deliberações e encaminhamentos da Plenária

29. A Secretaria-Executiva do Consea fez a leitura de duas minutas de Recomendações. Uma sobre a suplementação do PAA e do Programa Cisternas para os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento. Outra sobre o PL nº 2.874/2019 de doação de alimentos, direcionada aos deputados e senadores do Congresso Nacional. As Recomendações foram aprovadas pelo plenário, com as alterações sugeridas pelas Conselheiras e Conselheiros. Sobre o PL, foi colocado que o texto trata da Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA), mas o teor é somente sobre doação de alimentos, destacando a necessidade de modificação da ementa do PL. As Recomendações foram aprovadas pelo plenário do Consea por unanimidade (o inteiro teor das Recomendações está nos Anexos B e C):

- **Recomendação nº 3/2025/CONSEA/SG/PR** - RECOMENDA aos membros do Congresso Nacional que considerem as considerações ao PL nº 2874/2019 que tramita com caráter de urgência no Congresso Nacional.
- **Recomendação nº 4/2025/CONSEA/SG/PR** - RECOMENDA ao Ministério da Fazenda - MF e ao Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO o desbloqueio e a suplementação orçamentária para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e para o

Programa Cisternas, a fim de possibilitar a execução dos projetos em 2025 e 2026, visando ao cumprimento das metas previstas no Plano Brasil Sem Fome, no PPA 2024-2027 e no Novo PAC.

30. Além disso, houve os seguintes encaminhamentos durante a plenária:

- a. Indicação pelas CPs de políticas e programas que estão fora do Plansan, mas que interferem no DHAA e na SSAN;
- b. Análise pela CP3 do Projeto de Lei (PL) 2.205/2022, aprovado no Congresso, com vistas à identificação dos possíveis vetos do Presidente da República;
- c. Verificar o retorno dos órgãos sobre a Nota Pública e Ofício a respeito da morte de 11 (onze) indígenas da etnia Xavante, da Terra Indígena Marãiwatsédé, no estado do Mato Grosso;
- d. A Secretaria-Executiva do Consea encaminhará Ofício solicitando uma reunião com a direção da Anvisa para discussão da RDC 49/2013, RDC 24/2010 e outros assuntos afeitos ao DHAA e à SSAN;
- e. A Presidenta Elisabetta Recine pediu para Secretaria-Executiva do Consea atualizar os nomes das CPs que estão sendo alterados.

VI. Informes finais

31. A Conselheira Rosane Silva deu o informe sobre a 5ª Conferência Nacional de Política para Mulheres com a participação do Presidente da República. A Presidenta Elisabetta Recine pediu para que duas conselheiras do Consea possam acompanhar a Conferência, e que será dado retorno depois.

32. A Sra. Iorrana Lisboa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), relatou sobre o GT da Caisan de apoio a produção e acesso ao Bode e esclareceu que o MDA apoiará tecnicamente, mas não ficará como coordenador do grupo e indicou o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR) para esse papel.

33. A Conselheira suplente Itanajara Almeida (Fonsanpotma) comentou sobre as cozinhas solidárias ancestrais cadastradas no Rio Grande do Sul, colocando a necessidade de haver o reconhecimento do processo ancestral das cozinhas de matriz africana.

VII. Aprovação da Ata

A presente Ata foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na 4ª Reunião Plenária Ordinária, ocorrida em 09 e 10 de dezembro de 2025. Encerrada a reunião, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

MARÍLIA MENDONÇA LEÃO

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ANEXO A

PAUTA APROVADA PARA A 1^ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2025

- i. Balanço do orçamento do Plansan (MDS/SECF);
- ii. Relatoria da última reunião de cada Comissão Permanente e da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE): a relatoria deverá ser feita pelo(a) coordenador(a) de cada CP e CPCE;
- iii. Informe sobre a votação da Lista de Observadores do Consea;
- iv. Deliberações e encaminhamentos da Plenária.

